

DIREITO E JUSTIÇA

Estudos dedicados ao
Professor Doutor

**Bernardo da Gama
Lobo Xavier**

Volume III

Estudos dedicados ao
Professor Doutor
Bernardo da Gama
Lobo Xavier

DIREITO E JUSTIÇA

REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Propriedade: Universidade Católica Portuguesa

Edição: Faculdade de Direito

Fundador

João de Castro Mendes

Antigos Diretores

João de Castro Mendes

Mário Júlio de Almeida Costa

António de Sousa Franco

Germano Marques da Silva

Rui Medeiros

Maria da Glória Garcia

Redação e Administração

Faculdade de Direito

Universidade Católica Portuguesa

Palma de Cima

1649-023 Lisboa

Telef.: 21 721 41 76

Fax: 21 721 41 77

Toda a correspondência destinada à revista – incluindo pedidos de assinatura, pagamentos e alterações de endereço – deve ser dirigida a:

FACULDADE DE DIREITO
Universidade Católica Portuguesa
Palma de Cima
1649-023 Lisboa

Execução Gráfica

Sersilito-Empresa Gráfica, Lda.

Tiragem: 300 ex.

Depósito legal n.º 125771/98

ISSN: 0871-0336

ISBN: 978-972-54-0460-7

Editora

UNIVERSIDADE CATÓLICA EDITORA

Palma de Cima – 1649-023 Lisboa

Tel.: 21 721 40 20 – Fax: 21 721 40 29

uce@uceditora.ucp.pt – www.uceditora.ucp.pt

Estudos dedicados ao
Professor Doutor
Bernardo da Gama
Lobo Xavier

Volume III

UNIVERSIDADE CATÓLICA EDITORA
Lisboa 2015

Plano da Obra

VOLUME I

ACÁCIO PITA NEGRÃO

Observações em torno das principais alterações introduzidas ao trabalho portuário pela Lei n.º 3/2013, de 14 de Janeiro

ALBERTO ARUFE VARELA

La contribución de la emigración portuguesa a la lucha contra la explotación salarial en Alemania. Un estudio centrado en el análisis de jurisprudencia laboral alemana

ALBERTO DE SÁ E MELLO

Trabalho criativo subordinado – A criação de obras intelectuais em execução do contrato de trabalho

ALICE PEREIRA DE CAMPOS

Infracções disciplinares em redes sociais *online*

ANA CRISTINA RIBEIRO COSTA

Pequenas e médias empresas e segurança e saúde no trabalho – *status quo*, desafios e um novo rumo

ANA TERESA RIBEIRO

A liberdade sindical na jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem

ANDRÉ SALGADO DE MATOS

A invalidade de contratos de trabalho em funções públicas consequente da invalidade de actos administrativos no novo paradigma da constituição de relações jurídicas de emprego público

ANTÓNIO ARAÚJO

Schmitt & Shakespeare: a irrupção do jogo no drama do tempo

ANTÓNIO JOSÉ MOREIRA

O deficiente do trabalho – considerações gerais de enquadramento

ANTÓNIO MONTEIRO FERNANDES

A noção de retribuição no regime do contrato de trabalho:
uma revisão da matéria

ANTÓNIO NUNES DE CARVALHO

Considerações sobre o trabalho intermitente

BRUNO MESTRE

Sobre o conceito de discriminação – uma perspectiva contextual
e comparada

CARLOS SARDINHA

História do Direito e dogmática jurídica: reflexão metodológica

CATARINA DE OLIVEIRA CARVALHO

A organização e a remuneração dos tempos de trabalho:
em especial o banco de horas

CLÁUDIA MADALENO

Despedimento por causa objetiva. Em especial, a inadaptação

DAVID CARVALHO MARTINS

A crise e o Direito do trabalho (2011-2014)

VOLUME II

DIOGO VAZ MARECOS

O despedimento por justa causa – procedimento

ELSA VAZ DE SEQUEIRA

Da distinção entre contitularidade de direitos e concorrência de direitos

EVARISTO MENDES

Valor das participações sociais. Valor legal e valor estatutário.
Discrepância de valores

FILIPE FRAÚSTO DA SILVA

Notas práticas sobre atribuições e funcionamento de comissões de
trabalhadores – Parte I: financiamento e apoio

GERMANO MARQUES DA SILVA

Sobre as normas penais no Código de Trabalho

HENRIQUE SOUSA ANTUNES

Revisitando o princípio da tipicidade dos direitos reais

JESUS MARTINEZ GIRON

Portugal y Alemania ante el Fondo Europeo de Adaptación a la Globalización. Un estudio comparado

JOANA VASCONCELOS

Sobre a aplicação do artigo 81.º do Código Civil às cláusulas de limitação da liberdade de trabalho

JOÃO SOARES RIBEIRO

Sanções acessórias das contra-ordenações laborais

JOÃO ZENHA MARTINS

Os futebolistas profissionais e as cláusulas de rescisão

JORGE MIRANDA

Juízes, liberdade de associação e sindicatos

JOSÉ ENGRÁCIA ANTUNES

A disciplina juslaboral da empresa plurissocietária

JOSÉ JOÃO ABRANTES

Princípio da proporcionalidade e tutela da personalidade do trabalhador

JOSÉ MOURA JACINTO

O ensino do Direito do Trabalho no curso de Gestão de Recursos Humanos

JÚLIO MANUEL VIEIRA GOMES

Individual e coletivo na transmissão de unidade económica, na jurisprudência recente do Tribunal de Justiça

LUÍS FÁBRICA

Natureza das funções e modalidades de constituição do vínculo de emprego público – brevíssima crónica de alguns equívocos legislativos

LUÍS GONÇALVES DA SILVA

A relevância do local de trabalho na aplicação da convenção colectiva

da concessão de ajudas públicas

MARIA DA GRAÇA TRIGO

Reflexões acerca da concorrência entre risco e culpa do lesado
na responsabilidade civil por acidente de viação

MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO

O papel do accionista empresário no governo societário

MARIA IRENE GOMES

Cláusula de permanência, comissão de serviço e suspensão c
de trabalho – três institutos de difícil articulação?

MARIA JOÃO FERNANDES

Dois é Bom, Três é Demais? Princípio da Conexão Mais Est.
Princípio da Protecção do Trabalhador e Cláusula de Desvio.
A Propósito de uma Decisão do Tribunal de Justiça da União
em Matéria de Lei Aplicável ao Contrato de Trabalho Internac

MÁRIO BIGOTTE CHORÃO

A questão da verdade do direito: entre o “direito” e o “torto”
(Testemunho de um itinerário pessoal)

MIGUEL NOGUEIRA DE BRITO

A Atual Ordem Constitucional?
Prolegómenos a uma Distopia Fundamental

VOLUME III

NUNO ESPINOSA GOMES DA SILVA

O casamento do Infante D. Pedro com Isabel de Urgel
(c. fins de 1428 – inícios de 1429)

PAULA PONCES CAMANHO

Acção de reconhecimento da existência de contrato de trabal
reflexões (e algumas perplexidades)

PAULO ALMEIDA

A Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – Comentário às Principais Alterações

PAULO MORGADO DE CARVALHO

Ónus da prova em caso de discriminação

PAULO OLAVO CUNHA

Reforma e pensão de administradores (a cargo da sociedade administrada)

PEDRO FURTADO MARTINS

Aplicação do regime geral da cessação do contrato de trabalho ao contrato em comissão de serviço

PEDRO MACHETE

Apontamento sobre a legitimidade da redução legal de regalias objeto de prévia convenção coletiva de trabalho

Um olhar sobre o Direito do Trabalho enquanto Direito Constitucional concretizado

PEDRO MADEIRA DE BRITO

A superação do princípio da filiação na contratação coletiva especial do setor público

PEDRO ROMANO MARTINEZ

Interpretação e aplicação de normas laborais (Revisitação do *favor laboratoris*: ativismo jurídico *versus* segurança jurídica)

PEDRO VIEIRA DA GAMA LOBO XAVIER E

VASCO XAVIER DA GAMA LOBO RIBEIRO DE MESQUITA

Aplicação de normas substantivas de direito público a contratos de empreitada de obra particular: um caso de fuga para o direito público?

RAQUEL CARVALHO

Os deveres funcionais dos trabalhadores em funções públicas

RITA CANAS DA SILVA

Breves notas ao Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 30.4.2014: ausências justificadas e prestação efectiva de trabalho

RITA GARCIA PEREIRA

A nova acção especial para reconhecimento de contrato de trabalho
(Lei n.º 63/2013) – uma caixa de Pandora?

RITA LOBO XAVIER

Oportunidade perdida para a reforma dos processos judiciais
de divórcio no Código de Processo Civil de 2013

RODRIGO SERRA LOURENÇO

Notas sobre o procedimento de justificação de falta no Código
do Trabalho

RUI MEDEIROS E JORGE PEREIRA DA SILVA

Segurança no emprego de trabalhadores em funções públicas.
A tutela reforçada dos trabalhadores com nomeação definitiva segundo
o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 474/2013

RUI MANUEL MOURA RAMOS

A lei aplicável ao contrato individual de trabalho na jurisprudência
recente do Tribunal de Justiça da União Europeia

SOFIA SILVA E SOUSA

Notas (breves) sobre o procedimento do despedimento colectivo

SÓNIA PRETO

Primeiras notas sobre o novo artigo 502.º do Código do Trabalho:
a suspensão de convenção coletiva de trabalho

TATIANA GUERRA DE ALMEIDA

Notas sobre a estabilidade no emprego enquanto paradigma de
normação juslaboral – o *Dilema* do Cubo de Rubik

TERESA COELHO MOREIRA

Crise e Direito do trabalho: um breve olhar sobre a actual função
do Direito do trabalho

TERESA TEIXEIRA MOTTA

Breves notas sobre a tributação em IRS das importâncias auferidas
pela cessação da relação laboral

VASCO PEREIRA DA SILVA E TIAGO MACIEIRINHA

Agir não agindo

Da insustentabilidade do deferimento tácito

Breves notas ao Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 30.4.2014*: Ausências justificadas e prestação efectiva de trabalho

RITA CANAS DA SILVA**

1. Introdução¹

I. No acórdão acima indicado, o Supremo Tribunal de Justiça² pronunciou-se sobre os reflexos da suspensão na progressão na carreira³, sempre que dependente de um mínimo de assiduidade e de avaliação de desempenho. Estava, no essencial, em causa aferir em que medida

* Proc. n.º 3230/11.6TTLSB.S1. Publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 105, de 2.6.2014, pp. 3028-3041.

** Doutoranda da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

¹ Foi tomada em conta doutrina, jurisprudência e documentação disponíveis até 31.8.2014. Todos os sítios da *internet* referidos no texto estavam acessíveis naquela data. O Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12.2, alterado pelas Leis n.ºs 105/2009, de 14.9, 53/2011, de 14.10, 23/2012, de 25.6, 47/2012, de 29.8, 69/2013, de 30.8, 27/2014, de 8.5, e 55/2014, de 25.8, é, em diante, designado “CT 2009” ou “CT”. O Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27.8, modificado pelas Leis n.ºs 59/2007, de 4.9, e 9/2006, de 20.3, é seguidamente referido como “CT 2003”. Por fim, a referência a “RCT” respeita à Lei n.º 35/2004, de 29.7, alterada pela Lei n.º 9/2006, de 20.3. As decisões judiciais sem indicação de publicação, encontram-se disponíveis em www.dgsi.pt.

² Em diante, “STJ”.

³ Quanto às variantes da noção de carreira, v. A. NUNES DE CARVALHO, *Das carreiras profissionais no Direito do trabalho. Notas para o estudo do caso português*, (polycopiado), 1990, pp. 54 e ss., concluindo que a carreira profissional corresponde à “evolução da posição jurídica do trabalhador numa relação de trabalho que se desenvolve no seio de dada organização” (p. 64).